



INSTITUTO
MARIELLE
FRANCO

A G E N D A **MARIELLE FRANCO**

Um conjunto de compromissos com práticas e pautas antirracistas, feministas e populares a partir do legado de Marielle para as Eleições Municipais 2020.

O Instituto Marielle Franco é uma associação sem fins lucrativos criada em 2019 pela família de Marielle Franco com a missão de inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LGBTQs e periféricas na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Publicado originalmente em 2020
Rio de Janeiro/RJ
Brasil

Instituto Marielle Franco, 2020.
Idioma original: Português
Disponível digitalmente através do site agendamarielle.com

Agradecemos à todas as pessoas, movimentos, organizações e coletivos que ajudaram na construção desta agenda. Tanto na contribuição histórica para o desenvolvimento das pautas e práticas, como nas entrevistas sobre a atuação de Marielle. Juntas e juntos, seguimos trabalhando para a manutenção e multiplicação deste legado coletivo.

Apoio: Essa agenda foi financiada por mais de 700 pessoas que nos ajudaram a seguir em frente com a sistematização do legado e a trajetória de Marielle Franco. Para apoiar nossas ações, acesse: apoie.institutomariellefranco.org

Ficha técnica:

Revisão e Redação: Equipe Instituto Marielle Franco
Design e diagramação: Giulia Santos

Todos os direitos reservados. Esta publicação possui direitos autorais, mas pode ser reproduzida livremente por quaisquer meios, para fins educacionais, de ativismo e de campanhas, não podendo ser comercializada.

Pede-se que tais usos sejam informados aos detentores de direitos para que sua divulgação possa ser acompanhada. Para a reprodução deste conteúdo em quaisquer outras circunstâncias, ou para sua utilização em outras publicações, bem como para tradução e adaptação, uma autorização prévia e por escrito deve ser obtido dos editores. Para solicitar permissão ou outras informações, escreva para contato@institutomariellefranco.org

Agenda Marielle Franco - Eleições Municipais 2020

Elaboração

Instituto Marielle Franco

Anielle Franco
Diretora Executiva

Marcelle Decothé
Coordenadora de Incidência

Luna Costa
Coordenadora de Comunicação

Rafael Rezende
Coordenador de Projetos

Fabiana Pinto
Assistente de Pesquisa

Mayara Donaria
Assessora de Comunicação

Giulia Santos
Designer



*Em memória de **Marielle Franco**, mulher negra, favelada, defensora dos Direitos Humanos e LGBT. Marielle foi filha, mãe, irmã, esposa, amiga e **vereadora** dedicada a construir um mundo justo para todas as pessoas. Hoje, é inspiração para essa e futuras gerações.*



Apresentação

As eleições municipais de 2020 são um marco no que pode ser uma verdadeira reinvenção da democracia brasileira. Passados 30 meses desde o assassinato de Marielle Franco, que até hoje segue sem respostas, e 4 anos desde a eleição histórica do município do Rio de Janeiro, que levou Marielle a ser uma das candidatas a vereadora mais votadas da cidade com mais de 46 mil votos, o Instituto Marielle Franco, apresenta à sociedade brasileira um compilado de práticas e políticas que Marielle defendia e que nós, em nosso primeiro ano de atuação estruturada, queremos potencializar. Hoje, queremos repensar nossas prioridades e qualificar o significado da memória e legado de Marielle e do seu fazer político.

Metodologicamente, nos últimos meses, nós do Instituto Marielle Franco analisamos a produção legislativa da mandata Marielle Franco, sistematizando suas pautas prioritárias de atuação e mais que isso, sua forma de atuar. Assistimos suas falas no plenário, realizamos entrevistas com ex-assessoras da mandata, e estudamos a produção e as justificativas de projetos de lei apresentados durante os meses que Marielle ocupou a Câmara de Vereadores.

A proposta principal da Agenda Marielle Franco é reforçar que fazer política deve ir além da proposição de projetos de lei. Durante toda a disputa eleitoral das eleições municipais de 2020, resgataremos aqui aprendizados que Marielle nos deixou, bem como as políticas públicas prioritárias que ela defendia. Nossa ideia é trocar e ajudar a construir cidades, favelas e periferias mais justas, inclusivas, sustentáveis e com respeito à diversidade.

Este esforço é uma maneira, não apenas fazer valer o que Marielle acreditava, mas também potencializar as inúmeras sementes que estão vindo disputar esse espaço tão hostil e violento que é a política institucional, em especial, para mulheres negras.

Acreditamos que as práticas e as políticas defendidas e construídas por Marielle Franco sistematizadas aqui podem ajudar a enxergar um futuro possível para o momento tão sombrio que a política brasileira enfrenta, que vem desde o assassinato de Marielle em 2018. Momento este que em 2020 se agravou com a crise sanitária, política e social causada pela COVID-19 no Brasil, que já custou milhares de vidas e representa hoje, mais um desafio para as políticas sociais em nosso país.

Queremos garantir o direito à saúde pública de qualidade e universal, a uma educação livre e emancipatória, a andarmos pelos campos, cidades e periferias com segurança e dignidade, queremos garantir o direito a uma alimentação saudável e adequada, a água e esgotamento sanitário para todas e todos, a trabalho e renda dignos e justos.

Estamos resgatando propostas de uma forma coletiva de fazer política e queremos garantir, através dessas propostas, o compromisso daqueles que estão disputando a política institucional neste ano e poderão no próximo ciclo, ajudar a promover e consolidar o direito a uma vida digna para todas, todos e todes.

É importante lembrar que resumir qualquer pessoa em um número limitado de pontos não dá conta da quantidade de potências que todas nós carregamos com a gente. Aqui estão reunidos alguns destaques que consideramos importante ressaltar, mas entendemos que esta agenda está em permanente construção e movimento, assim

como estava Marielle. Aqui não pretendemos cristalizar uma imagem de perfeição de Marielle, mas sim demonstrar como a sua produção legislativa e o seu fazer político são fruto de um processo histórico de movimentos sociais, coletivos, organizações e ativistas racializados. Esperamos poder produzir e divulgar futuramente versões atualizadas da Agenda Marielle, mas convidamos todas as organizações, movimentos e ativistas a também seguirem elaborando e formulando suas próprias propostas.

Essa é uma agenda política para todas as candidaturas de todos os municípios do Brasil. Aceitaremos inscrições e o firmamento de compromisso de candidaturas de mulheres e homens cisgêneras, trans, negros, brancos, amarelos, indígenas, LGBTQIA+, quilombolas, ribeirinhos, pessoas com deficiência e toda candidatura que desejar se comprometer com o fazer político de Marielle Franco: antirracista, interseccional, feminista, periférico, favelado, popular e plural.

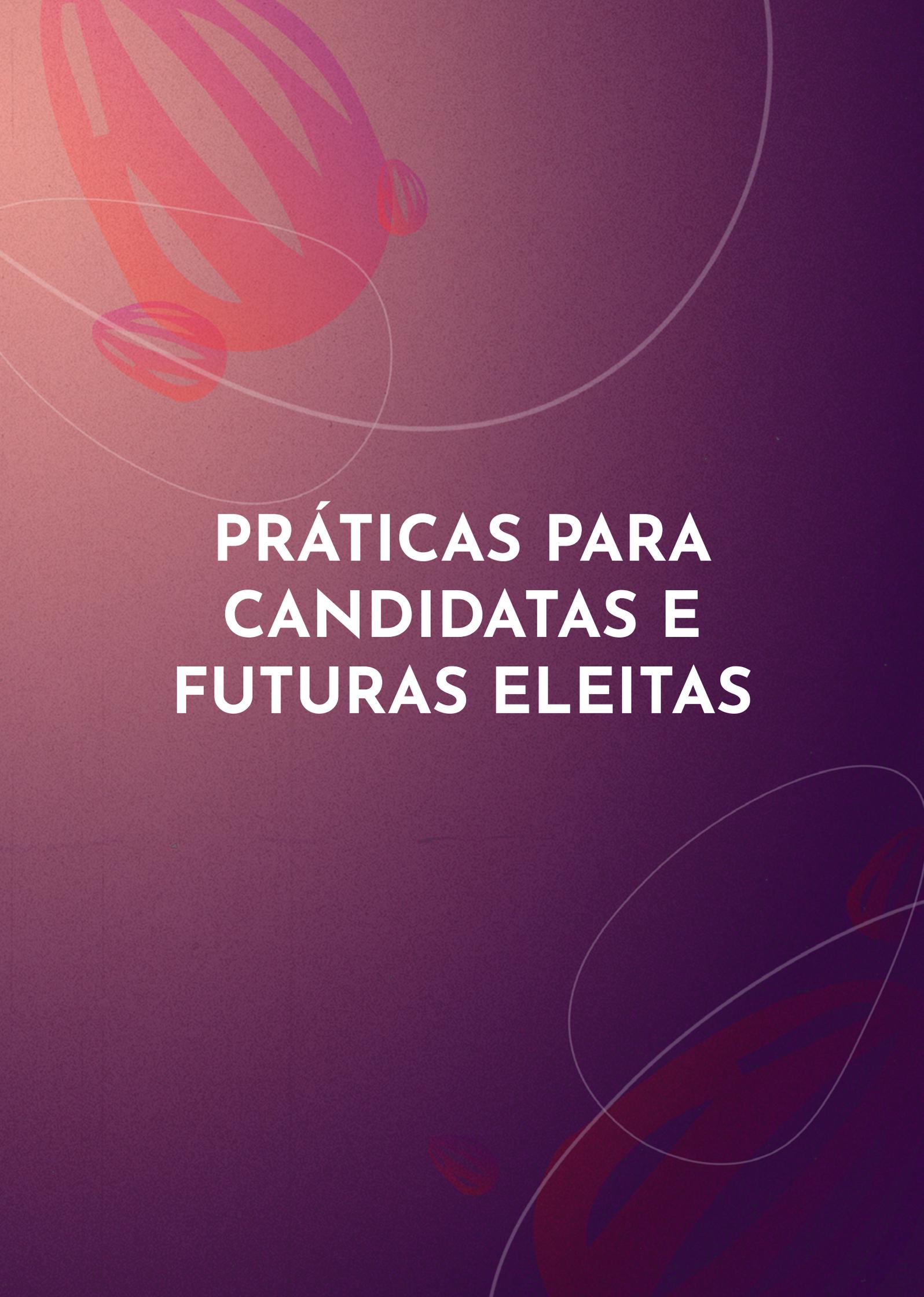
Aceitaremos também o apoio de todas as pessoas que quiserem defender este projeto de sociedade, nos ajudando a cobrar a promessa das candidaturas que se comprometeram e a construir ações que estejam conectadas com as pautas e princípios aqui descritas.

As candidaturas que se comprometerem integralmente com a Agenda Marielle Franco terão seu nome divulgado no site Agenda Marielle, a partir do início do período eleitoral, e até o fim do período eleitoral. A Agenda Marielle faz parte da PANE, a Plataforma Antirracista nas Eleições 2020,

Acesse o site www.agendamarielle.com e conheça os termos de uso para candidatas/os, voluntárias/os, movimentos sociais e organizações que queiram se comprometer ou apoiar a Agenda Marielle Franco.

Queremos fazer valer o modo de fazer política de Marielle Franco e as políticas públicas que ela acreditava, defendia e construía.

Conheça as nossas práticas e pautas prioritárias e se comprometa agora!



PRÁTICAS PARA CANDIDATAS E FUTURAS ELEITAS

1

DIVERSIFICAR TALENTOS E CORES, NÃO BUROCRATIZAR.

**Movimentos sociais e ativistas integrados
à campanhas e mandatos**

Na construção de um mandato, é importante que a/o parlamentar eleita/o esteja cercada/o de pessoas que tenham legitimidade em suas áreas de atuação. Contar com visões técnicas voltadas para políticas públicas é importante, mas não é suficiente se não fizermos valer a ideia de que **política se faz na prática cotidiana**. Por isso, no legislativo ou no executivo é importante potencializar o fazer político das pessoas participantes de movimentos sociais e ativistas sociais como um todo.

Esse é um diferencial no dia a dia de um mandato, entender que a política vai além de uma casa legislativa. **Mulheres negras, trabalhadores/as informais, moradores/as de favelas e periferias, trabalhadores/as rurais, população LGBTQIA+ e outros grupos, há anos constroem e implementam soluções para seus problemas** capazes de mudar a realidade de suas vidas e suas comunidades.

O trabalho em uma campanha e posteriormente, em um mandato deve se articular com setores estratégicos da sociedade para entender quais as necessidades da população e quais as possibilidades institucionais existentes para eles. **Estar à frente da pauta da agenda pública demanda responsabilidade e fazê-la junto dos atores sociais que constroem soluções em seus territórios é essencial** para promoção de uma política verdadeiramente participativa.

Os espaços legislativos devem funcionar como potencializadores das lutas de movimentos sociais. Esses grupos, exercem um papel não apenas de demandar e propor políticas públicas, como também qualificar o debate sobre as mesmas. Afinal, quem deve dizer como melhorar uma realidade, se não quem a vivencia diretamente todos os dias?

As candidaturas que assinarem a Agenda Marielle Franco se comprometem a:

No processo de formulação de equipe de um mandato, priorizar os princípios de pluralidade, diversidade e representatividade. Lembrando que um mandato deve retratar em seu corpo atuante as populações que compõem as grandes lutas por direitos em seu município. Sua equipe deve ter raça, classe e gênero, não somente nos cargos técnicos, mas também nos espaços de decisões no gabinete.

Marielle é exemplo: A equipe da mandata Marielle Franco era muito diversa e todas as vezes que um evento, ação ou projeto era organizado esse era um critério para pensar os convites.



2

AMPLIAR AS ALIANÇAS, NÃO SE ISOLAR

**O trabalho intersetorial: A articulação com outros
órgãos públicos e terceiro setor**

Órgãos públicos de atendimento à população são fundamentais para efetivar nossos direitos, bem como para ajudar a fiscalizar, implementar e fazer valer políticas públicas dos municípios. Organizações sem fins lucrativos e instituições do terceiro setor que atuem na garantia de direitos sociais, econômicos e culturais, bem como na justiça racial também devem ser lidas como parceiros em potencial na atividade legislativa.

Esses espaços também podem colaborar com a construção de políticas públicas ou mesmo com soluções intermediárias para necessidades da população, além de ajudarem a fortalecer a opinião pública para pautas prioritárias de um mandato. Entender que política não é apenas propor projetos de lei, permite que a parlamentar amplie sua visão de atuação e encontre caminhos muitas vezes mais construtivos para atender demandas das cidadãs e cidadãos, como garantir a visibilidade para pautas e fatos.

Conhecer e dominar as ferramentas legislativas, ou do poder executivo, é uma vantagem para que suas pautas avancem no espaço institucional. Lembre-se que é preciso conhecer as engrenagens do sistema para transformá-lo! Utilizar as ferramentas existentes em parceria com atores públicos e privados para a promoção e garantia de direitos é um dos caminhos para efetivar a mudança.

As candidaturas que assinarem a Agenda Marielle Franco se comprometem a:

Buscar construir amplas alianças com outros órgãos públicos, bem como organizações sociais que sejam comprometidas com a garantia do acesso da população aos seus direitos, construindo espaços para estabelecimento desses canais de trocas.

Marielle é exemplo: A audiência pública sobre Mortalidade Materna e a formação do GT Intersetorial de Saúde no mandato de Marielle Franco gerou importantes frutos no trabalho da Comissão de Defesa da Mulher. O diálogo permanente com órgãos como a defensoria pública e o ministério público, além das secretarias municipais, organizações do terceiro setor, coletivos e movimentos era uma cultura da mandata.

3

**RESGATAR A
MEMÓRIA,
NÃO APAGAR**

**Nossos passos vêm de longe - Um diferencial no
fazer político de mulheres negras e indígenas**

Quando buscamos qualificar o fazer político de mulheres negras, pensamos em ancestralidade e no que nossas avós e mães sempre fizeram em suas comunidades. As mulheres negras são o resultado de centenas de anos de esforços empreendidos na luta por sobrevivência e por uma vida digna, elas sempre lideraram as disputas por condições de vida melhores e sempre nos mostraram novas formas de pensar o futuro. O reconhecimento daquelas que vieram antes de nós e que, hoje, são referências na construção e implementação de modelos de mudança social é um fator importante na construção de uma nova identidade política comum.

Quilombolas, apesar de terem suas histórias e importância política negligenciadas, vivem e constroem diariamente espaços livres de resistência política, com suas próprias formas de fazer e viver coletivamente e resistir à violências sistêmicas. Hoje, o Brasil conta com mais de 4 mil quilombos em todo o território nacional, que além de reunir uma poderosa comunidade, também provê bens para seu próprio grupo, bem como para as cidades, aprimorando e potencializando seu fazer político e sua forma de construção econômica e social.

Movimentos de trabalhadores rurais, resistem mais que nunca às inúmeras ofensivas de grupos que atacam, destroem e roubam suas terras, assim como assassinam e exterminam covardemente ativistas que tentam defender esses territórios. Tudo, em nome de um padrão de consumo e de sociedade que não faz sentido, para o novo ideal de mundo que vislumbramos construir.

Por último, povos indígenas, que hoje sofrem o medo da extinção (mais uma vez) por uma doença trazida por brancos do exterior, há anos nos presentearam com uma nova possibilidade de pensar a vida: o bem viver. Essa filosofia, pautada em um revolucionário pensamento da vida em comunidade e que também foi abraçada pelo movimento de mulheres negras brasileiro, entende que **“a palavra sem ação é vazia, a ação sem palavra é cega e a palavra e ação fora do espírito da comunidade, são a morte”**. A transformação de uma filosofia em prática é um dos desafios daqueles que defendem uma sociedade pautada no bem viver, e esse também é nosso desafio político neste ano.

Para um/a parlamentar, reconhecer que nossos passos vêm de longe é também uma possibilidade de renovação da articulação política que tanto necessitamos. Essa noção, não se aplica exclusivamente à atuação de mulheres negras, mas também à atuação de todos os grupos que ocuparam, resistiram e seguem resistindo em nossas florestas, campos, cidades, favelas e periferias.

Honrar essa memória também significa entender que valores como “coletividade” e “participação” não são parte de uma “nova” política. Na verdade, eles são valores muito antigos, praticados por muitas dessas culturas ancestrais, mas que de forma violenta foram apagados por uma lógica colonizadora. Resgatar esses valores é fundamental para que não percamos tempo tentando reinventar a roda. Inovar em canais e linguagens para alcançar mais pessoas é sempre importante, mas sem ignorar os passos dados por quem veio antes.

As candidaturas que assinarem a Agenda Marielle Franco se comprometem a:

Resgatar e honrar a memória e os passos das que vieram antes, celebrando e homenageando figuras ancestrais que estão conectadas a esses povos originários e fomentando uma cultura política que esteja aberta para a inovação nas linguagens mas não para o apagamento da nossa história.

Marielle é exemplo: A mandata Marielle Franco entregou medalhas e honrarias para mulheres como Conceição Evaristo, Dida Nascimento, Elza Santiago, Jacqueline de Jesus e Sonia Braz. Todas, mulheres que transformaram a realidade de seus grupos e suas comunidades por meio de ações educacionais, culturais, econômicas e acima de tudo, políticas.

4

COLETIVIZAR OS OBJETIVOS, NÃO SE APROPRIAR.

**O benefício da política deve ser coletivo
e não próprio.**

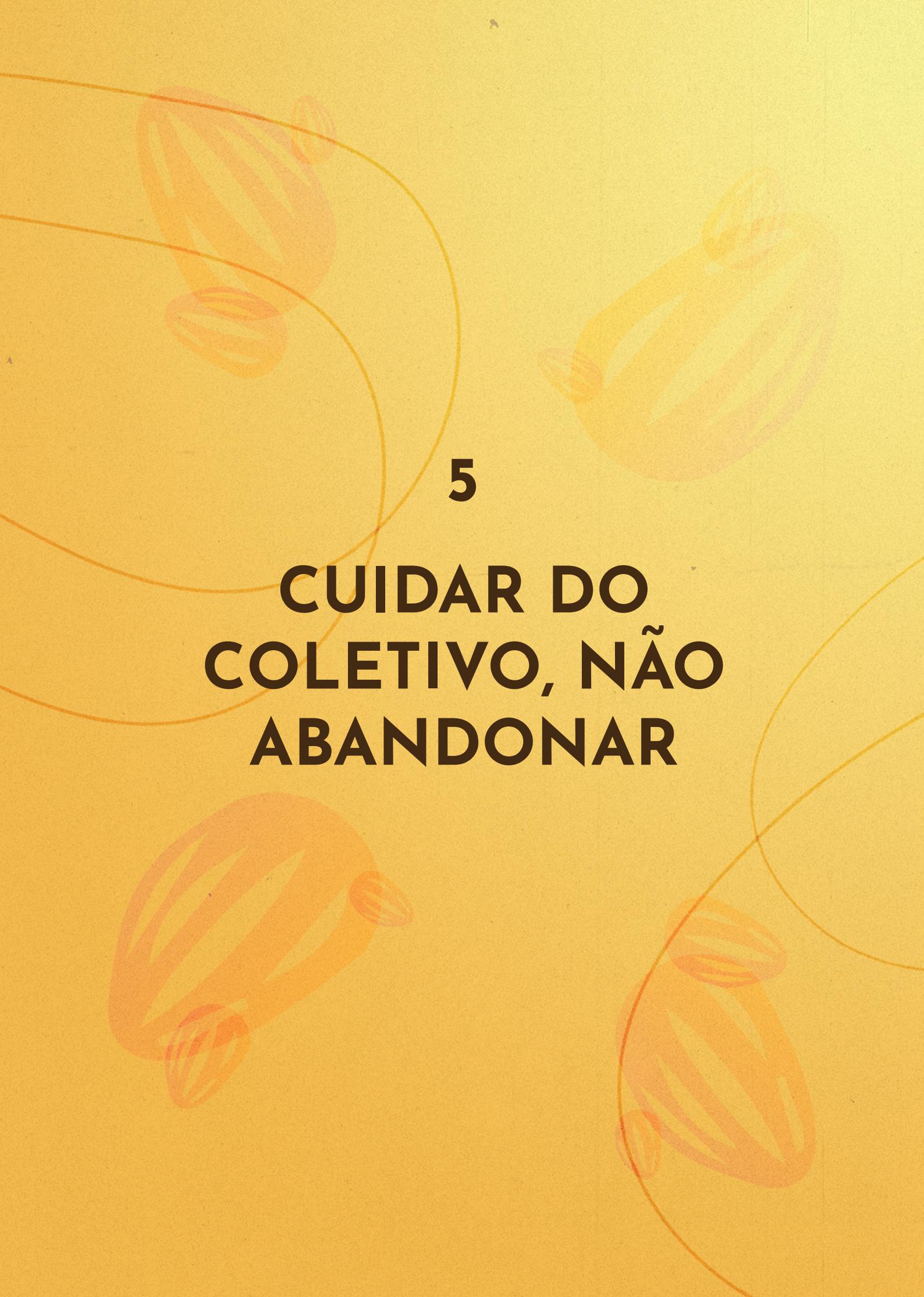
O trabalho na política possui um foco coletivo. A coletividade vem, não apenas porque o benefício de suas conquistas políticas valerá para toda a população de seu município, mas principalmente pela forma como, direta ou indiretamente, uma política pública é construída. O discurso e prática do benefício de uma política, portanto, não deve ser restrito a um grupo social, ou um grupo de eleitores, mas a toda população.

No dia a dia de uma parlamentar ou prefeita, ao propor projetos ou pautar políticas públicas é importante fazer com que o diálogo seja verdadeiramente plural. Nesse sentido, características como respeito, coletividade, disponibilidade para escuta e humildade são fundamentais para construir políticas capazes de atender o máximo de pessoas possíveis.

As candidaturas que assinarem a Agenda Marielle Franco se comprometem a:

Lembrar-se de que o trabalho na política é um bem público, e não privado ou individual. Estamos ali para servir ao povo, não para nos servirmos para os nossos projetos pessoais. Que os avanços na garantia de direitos e acesso se dão de forma coletiva, feito por e com muitas mãos e mentes. Como representante do povo, seu dever é fortalecer uma democracia ampliada e não personalista.

Marielle é exemplo: Quando a prefeitura do Rio de Janeiro ofereceu ingressos para os vereadores irem assistir com as suas famílias os desfiles das escolas de samba na Sapucaí, Marielle foi contundente não só em não aceitar como também em denunciar a prática corrupta.

The background is a warm, yellowish-orange color. It features several large, overlapping circles in a lighter shade of orange. Overlaid on these circles are various brushstrokes in shades of orange and yellow, some forming horizontal bands and others as more abstract, curved shapes. The overall aesthetic is soft and artistic.

5

**CUIDAR DO
COLETIVO, NÃO
ABANDONAR**

O cuidado coletivo deve estar no centro de nossas ações políticas. O ativismo em defesa dos direitos humanos e direitos de pessoas vulnerabilizadas, é um trabalho árduo e arriscado. Mas outras formas de violência política ainda podem acontecer nesses espaços permeados de tensões e conflitos. O assédio entre os pares, a estafa física e a própria carga psicológica de lidar com temas delicados são alguns exemplos que se reproduzem facilmente. Por isso, pensar práticas de cuidado coletivo junto a quem constrói política diariamente com você é fundamental. Nossa construção política não pode estar acima de nossa saúde física e mental.

EVOCAÇÃO

VISIBILIDADE

CONFIANÇA POLÍTICA

COLETIVIDADE

ANCESTRALIDADE

CONFIANÇA

QUEM VEIO ANTES DE NÓS

ABERTURA ESCUTA

SINCERIDADE

AGREGAR MOVIMENTOS

PRÁTICA FEMINISTA

ACOLHIMENTO VERDADE

Ao entrevistarmos ex-assessoras da mandata Marielle Franco, essas foram algumas das palavras que mais apareceram ao perguntarmos como elas definiriam o fazer político de Marielle

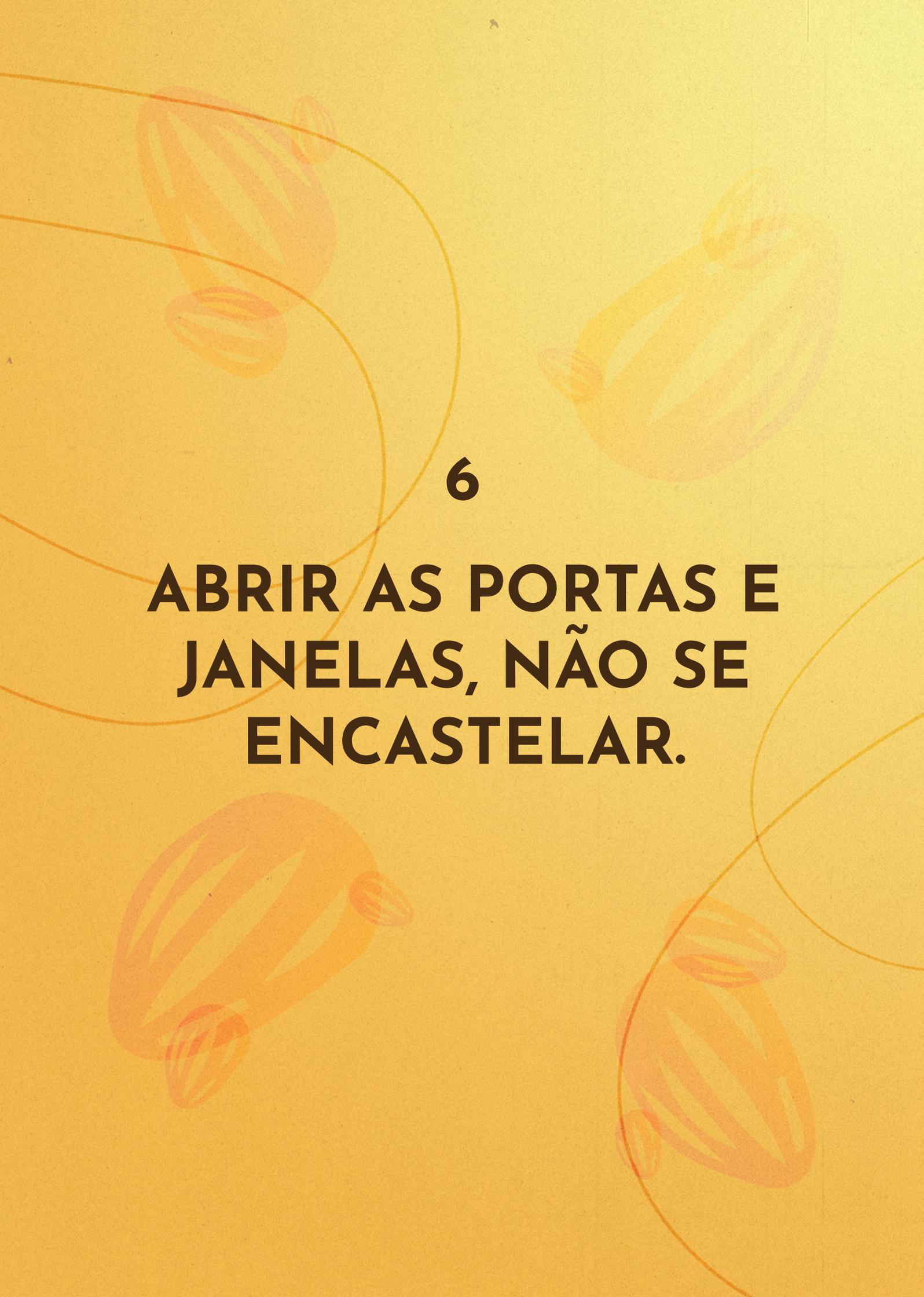
O acolhimento de famílias, grupos ou pessoas que são vítimas do Estado ou têm seus direitos desrespeitados também pode e deve ser o trabalho de uma/um parlamentar. Para isso, a carga emocional sobre trabalhadoras e trabalhadores de um mandato tende a ser alta e por isso mesmo, se faz necessário um olhar atento para quem está junto de você nessa caminhada.

Existem diversas medidas que podem ser adotadas para garantir o bem estar de um grupo. Tanto por meio de encontros e trocas coletivas, quanto por monitoramento e avaliações ampliadas de como está sendo o trabalho desempenhado, a garantia de acompanhamento psicológico para aquelas e aqueles que estão mais expostos a temas sensíveis ou que indicarem necessitar desse cuidado profissional e contínuo.

As candidaturas que assinarem a Agenda Marielle Franco se comprometem a:

Encarar as tarefas de gestão de equipe com profissionalismo, viabilizar cuidado em saúde mental por meio de terapia para trabalhadoras e trabalhadores do seu mandato. Fazer checagem com a equipe sobre como estão enxergando o trabalho. Entender os limites de cada um e ter humildade e respeito para saber ouvir a opinião de quem está lhe ajudando construir sua campanha. Todas essas ações, são formas de estabelecer uma prática de cuidado com quem constrói ao seu lado.

Marielle é exemplo: Na época que coordenava a Comissão de Direitos Humanos da Alerj, Marielle e sua equipe construíram práticas de cafés coletivos com acompanhamento de uma psicóloga. Durante seu mandato Mari também buscava conversar e acolher sua equipe individualmente com frequência e respeitava seus momentos e espaços de autocuidado.



6

**ABRIR AS PORTAS E
JANELAS, NÃO SE
ENCASTELAR.**

As campanhas e mandatos que construímos precisam ter janelas e portas abertas para quem quiser se aproximar, entrar e participar de alguma forma. Precisamos dar o exemplo prestando contas do nosso trabalho, prezando pela transparência no uso do dinheiro público, criando ferramentas de participação para a população, os movimentos e coletivos ajudarem a priorizar e incidir nas nossas construções políticas.

Nosso objetivo ao entrar nos Palácios do poder deve ser derrubar os muros e grades que afastam a população dos espaços de decisão, e permitir que seja vista a podridão do sistema por dentro para que cada vez mais pessoas se juntem à luta para mudar esse sistema. Não podemos nos acomodar com essas estruturas, afastando os pés do chão e nos encastelando distantes da população.

Durante todo o período que ocupou o cargo de vereadora, Marielle adotou uma série de práticas e políticas de transparência em seu mandato. O intuito, além de garantir o acesso da população carioca às suas atividades parlamentares, era construir uma cultura de transparência no uso dos recursos públicos e o fortalecimento da noção de que parlamentares estão a serviço da população.

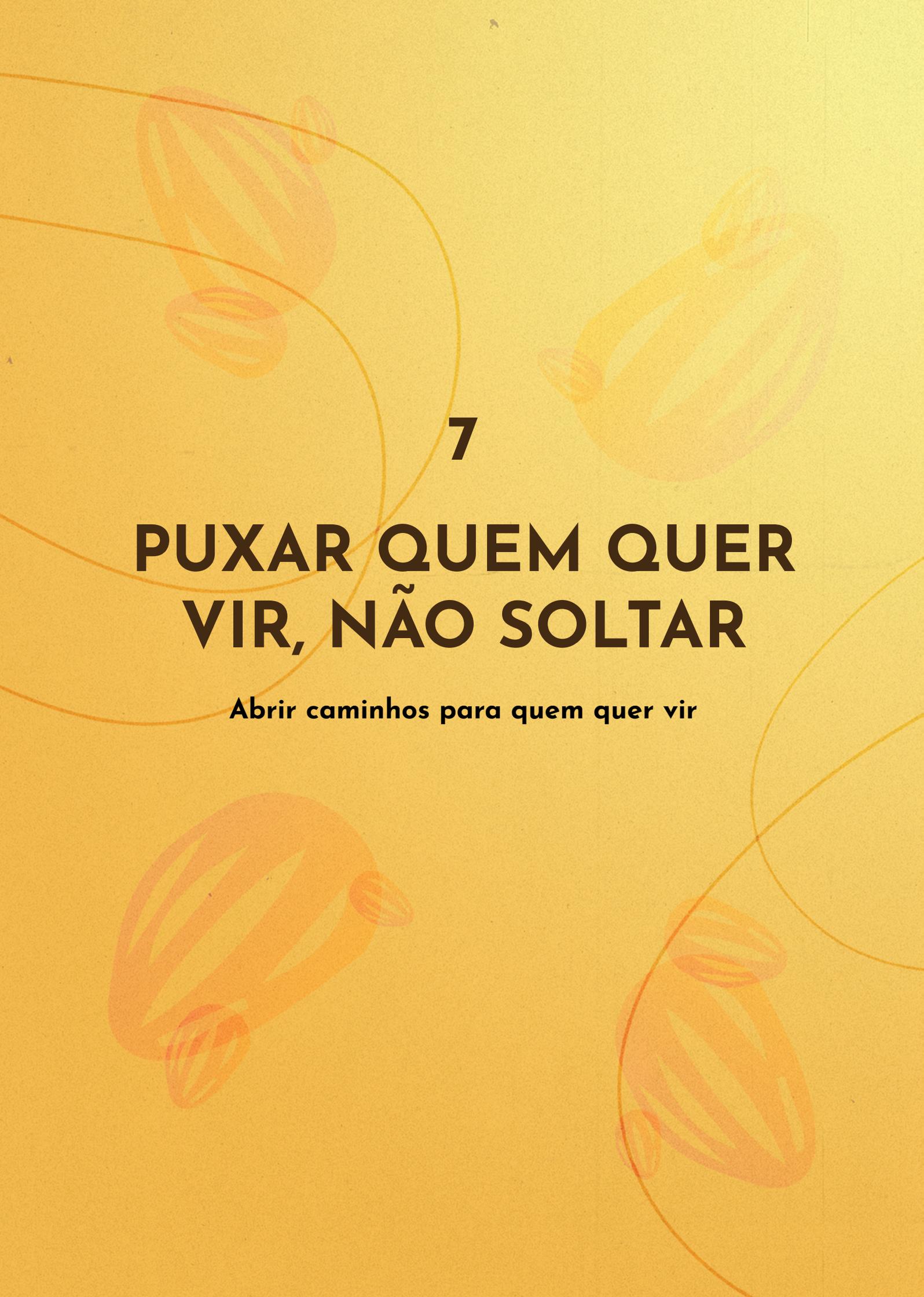
As práticas de transparência eram muitas, entre elas estavam a construção e disponibilização de sites que explicavam os principais Projetos de Lei que sua mandata estava propondo e defendendo naquele momento, até a realização de encontros abertos, que tinham como objetivo comunicar as últimas ações realizadas pela mandata e também os próximos passos de seu trabalho como vereadora.

Além de construir uma atmosfera de confiança entre sua mandata, suas/seus eleitoras/es e a população em geral, também facilitava a participação e compreensão daqueles que queriam se aproximar de espaços de política institucional e do dia a dia de uma vereadora, mas não sabiam bem como acessar.

As candidaturas que assinarem a Agenda Marielle Franco se comprometem a:

Construir ativamente mecanismos de participação e transparência dos mandatos e da estrutura política que se está ocupando (seja Câmara de Vereadores ou Prefeitura). Além de zelar pelo bom uso dos recursos públicos e organizar encontros abertos periódicos de participação do seu mandato.

Marielle é exemplo: A mandata Marielle Franco estava sempre de portas abertas para a população, organizava periodicamente uma prestação de contas públicas, seja em formato de encontro presencial ou com a realização de transmissões ao vivo em suas páginas de redes sociais; a Mandata também criou o Lab Franco, um laboratório de participação voluntária para pessoas que queriam conhecer de perto a estrutura da Câmara.



7

PUXAR QUEM QUER VIR, NÃO SOLTAR

Abrir caminhos para quem quer vir

Para um/a ativista ou liderança local, a entrada na política institucional pode ser um processo violento. Se você faz parte de alguma das maiorias minorizadas, esse processo é ainda mais complexo e dolorido e, mesmo em partidos políticos progressistas, é possível que você não encontre o acolhimento que espera e necessita nesse momento importante da sua vida.

Por isso, ao longo de todas essas práticas, destacamos a importância de novos legisladores em desempenhar esforços de olhar para fora e buscar em movimentos sociais e ativistas, o olhar, cuidado e experiência que necessita para de fato empreender mudanças em seu município.

Esse olhar para fora permite observar aqueles e aquelas que, assim como você, querem realizar transformações em nossa sociedade a partir da política institucional, mas que por todas as barreiras que afastam a população como um todo de seus caminhos de mudança, ainda não conseguiram se aproximar desse sonho. Mas você, como futura/o parlamentar, pode ser a/o agente de conexão entre a política institucional e centenas de pessoas dispostas a construir um novo ideal de sociedade para se viver.

As candidaturas que assinarem a Agenda Marielle Franco se comprometem a:

Quando chegarem a esse lugar, potencializar aquelas e aqueles que ainda estão por vir. Não se fechar em seu próprio mandato ou em seu próprio grupo. Promover aproximações entre a juventude, a população periférica e todos os grupos interessados no funcionamento de um mandato e esse espaço que, embora possa ser hostil e pouco acolhedor, acreditamos ter um enorme potencial de construção coletiva, aprendizagem e transformação.

Marielle é exemplo: Em 2017, a mandata Marielle Franco realizou o evento Mulheres na Política. O evento contou com a participação de centenas de mulheres que tinham interesse em discutir o fazer político na prática e as possibilidades existentes de atuação nos espaços institucionais de poder.

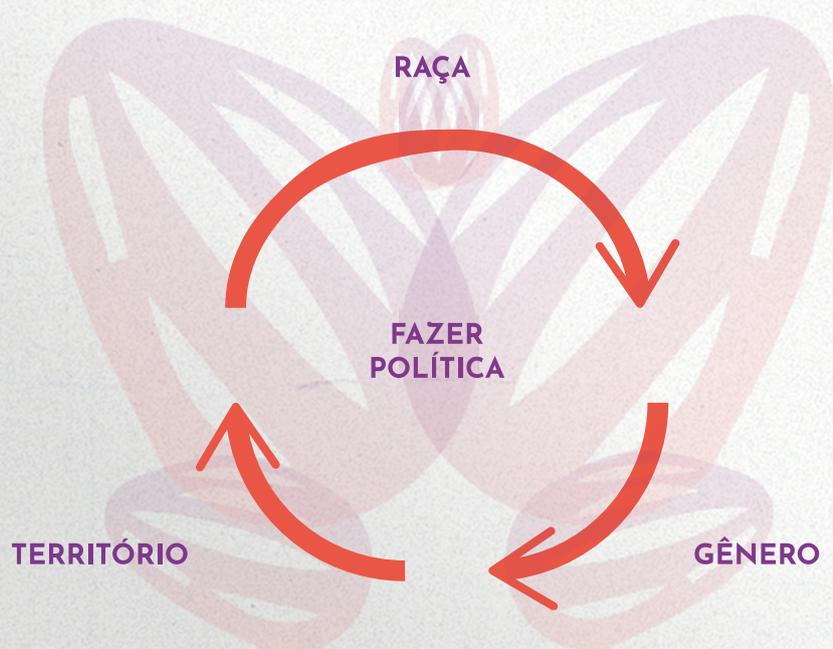


**POLÍTICAS PÚBLICAS
PRIORITÁRIAS DA
MARIELLE FRANCO**

Gênero, raça e periferia: a base necessária para uma reinvenção da democracia brasileira

A interseccionalidade é um aspecto comum na vida de mulheres negras, e no caso de Marielle Franco, não foi diferente. Durante toda sua vida, Marielle vivenciou opressões relacionadas a sua raça, seu gênero e também o seu território de origem, a favela da Maré no Rio de Janeiro. A partir disso, construiu uma forma de atuação política capaz de dar conta e olhar para todos esses aspectos de sua vida, e que também fazem parte da vida de milhares de brasileiras.

É com esse olhar que as políticas públicas de sua mandata de vereadora eram desenvolvidas. Compreendendo a discriminação interseccional que mulheres, negros, favelados e LGBTQIAs sofrem na sociedade brasileira, e portanto, a necessidade de pensar políticas capazes de atender a uma complexidade de urgências.



Hoje, mais uma vez, temos o desafio de pensar políticas públicas para nossos municípios, verdadeiramente inclusivas, que atendam as necessidades da população e não deixem ninguém para trás. Estamos falando de melhorar a qualidade de vida de trabalhadoras rurais, de jovens negros, de pessoas com deficiência, de indígenas, quilombolas, mulheres trans, mulheres lésbicas, bissexuais e todas e todos aqueles que vivenciam as cidades e campos do Brasil e que precisam de um Estado funcional, capaz de atender suas demandas e anseios.

É com essa visão que nós, do Instituto Marielle Franco, apresentamos a seguir, uma série de propostas de políticas públicas desenvolvidas por eixos de ação, para que você, que vai se candidatar, possa se comprometer e melhorar sua favela, periferia e município. Queremos garantir saúde de qualidade, educação libertadora, combater todas as formas de opressão e construir cidades mais justas para todas as pessoas.



GÊNERO E SEXUALIDADE

Como vereadora, Marielle Franco presidiu a Comissão de Defesa da Mulher, com uma mandata que construía e trabalhava em grupos intersetoriais com foco em saúde pública e direitos das mulheres. Além disso, durante esse período, desenvolveu uma série de ações, campanhas e projetos de lei com foco na garantia dos direitos das mulheres nos mais diferentes âmbitos.

Entre os trabalhos mais memoráveis desenvolvidos pela mandata Marielle Franco estão os projetos de lei “Para fazer valer o aborto legal”, que tinha como objetivo o atendimento humanizado e sem violência às mulheres em situação de aborto legal, o projeto de lei “Assédio não é passageiro” com foco no combate ao assédio de mulheres em transportes públicos da cidade e a campanha “Não é não”, uma das últimas grandes ações da mandata durante o carnaval de rua do Rio de Janeiro de 2018 que tinha um foco no combate ao assédio de mulheres nesse período de festividades de rua.

Esse foco de atuação da mandata, em parte se dava por saberem que os ganhos relacionados aos direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres brasileiras ainda são recentes e frágeis, ou seja, fáceis de serem retirados e que a luta pela manutenção desses direitos é constante.

Além disso, o exercício desses direitos está intimamente relacionado ao acesso à informação, insumos e serviços públicos de qualidade, que infelizmente, sabemos, que ainda não é garantido à todas as mulheres de forma igual.

A justiça reprodutiva potencializa o olhar sobre os direitos reprodutivos ao trazer a justiça social e os direitos humanos para o centro do debate dos direitos reprodutivos, entendendo que a capacidade de uma mulher em determinar seu destino reprodutivo está diretamente relacionada às condições em que sua família e comunidade vivem.

Reforçamos a importância de comprometimento com a justiça reprodutiva nessa agenda política, pois acreditamos que esse é o meio necessário para o exercício pleno de direitos sexuais e direitos reprodutivos de todas as mulheres negras, indígenas, brancas, mulheres bissexuais, lésbicas, transexuais, trans e travestis, pessoas que vivem com HIV, pessoas com deficiência e tantos outros grupos que há anos lutam pela efetivação de seus direitos e respeito às suas escolhas.

Para fazer valer essa visão, a candidatura deverá se comprometer a defender políticas no intuito de:

a) JUSTIÇA REPRODUTIVA

1. Acompanhar comissões de mortalidade materna do município, garantindo um monitoramento da taxa de mortalidade materna, em especial em gestantes e puérperas negras;
2. Em municípios onde o serviço de abortamento legal é ofertado, monitorar seu funcionamento e democratizar o acesso à esse serviço para as mulheres que se encaixem nos casos previstos em lei;
3. Propor políticas públicas que promovam formação especializada para profissionais de saúde da rede de atenção primária à saúde que possam atuar no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual;
4. Desenvolver mecanismos de promoção de um pré-natal acolhedor e humanizado, em especial em unidades de saúde de territórios vulnerabilizados;
5. Fortalecer a implementação da programas de humanização da atenção ao parto e nascimento na rede municipal de saúde, a fim de garantir um tratamento e acompanhamento respeitoso para gestantes e bebês;
6. Propor projetos de lei que torne obrigatório o ensino de educação sexual em escolas do município, visando a garantia de um maior empoderamento de seus direitos sexuais e reprodutivos para crianças e adolescentes;
7. Propor políticas públicas que visem ampliar a informação, oferta e acesso a métodos contraceptivos de longa duração pela rede municipal de saúde, além de ampliar o acesso a métodos tradicionais como o preservativo masculino e feminino, e melhorar a qualidade e variedade de anticoncepcionais orais ofertados;
8. Construir e apoiar políticas públicas voltadas para a primeira infância, em especial no fortalecimento de iniciativas de defesa dos direitos da criança à sobrevivência, crescimento, proteção e desenvolvimento em ambientes seguros e saudáveis.

b) DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

1. Construir e fortalecer políticas públicas que prevejam a obrigatoriedade do uso do nome social para pessoas transexuais e travestis em estabelecimentos de serviço público, bem como em concursos públicos da administração pública municipal em todas as fases;

2. Articular campanhas permanentes de respeito à diversidade sexual e prevenção da violência de gênero e LGBTfóbica em transportes públicos do município;
3. Propor um sistema de qualificação de dados da população LGBTQIA+ do município, a fim de produzir evidências para servirem como subsídios para formulação de políticas públicas, sempre respeitando o autonomia e direito de escolha do indivíduo em não fornecer seus dados pessoais e sensíveis;
4. Construir projetos e políticas que visem garantir uma maior empregabilidade para a população LGBTQIA+ e inserção no mercado de trabalho, com adoção de cotas mínimas para concursos públicos da administração pública municipal.

c) MULHERES E CIDADE

1. Articular campanhas permanentes de conscientização e enfrentamento ao assédio e violência sexual em espaços públicos do município;
2. Fortalecer políticas e ações voltadas para o desenvolvimento de um planejamento urbano sensível ao gênero para ruas, praças e outros espaços públicos da cidade, garantindo iluminação adequada, ruas acessíveis e espaços públicos e coletivos seguros;
3. Articular políticas que visem promover uma maior integração de mulheres e suas crianças com a vida da cidade, por meio de criação de espaços infantis em estabelecimentos públicos;
4. Articular políticas públicas a fim de garantir uma delimitação de espaço reservado para mulheres e crianças em transportes públicos, incluindo ônibus, barca, trem e metrô, quando houver;
5. Construir políticas públicas e projetos voltados para a promoção de uma acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal em serviços de proteção a mulheres, como delegacias, abrigos-lar, serviços de saúde e outros espaços públicos de acolhimento.



DIREITO À FAVELA E À PERIFERIA

Em junho de 2017, o mandato de Marielle Franco realizou um encontro coletivo chamado “Direito à Favela”, na favela da Maré, no Rio de Janeiro. O objetivo deste encontro consistia em fortalecer redes de ativistas favelados e periféricos que atuam em coletivos organizados nos territórios historicamente marginalizados pelo Estado. Além de colher ideias, teorizar e propor políticas da favela para favela, este encontro produziu a possibilidade de se construir um imaginário político onde a favela ocupa o centro do debate da agenda pública.

Entendemos que o racismo e o preconceito com moradores de periferias acontecem de diferentes formas, como por exemplo a falta de infraestrutura de mobilidade e até mesmo a criação de obstáculos para dificultar a circulação de moradores de favelas dentro das favelas e para outras regiões da cidade.

Outra forma clássica de manifestação desse preconceito, é o racismo ambiental. Nas cidades, o racismo ambiental se manifesta por meio de prática ofensivas ao meio ambiente, ou também por meio da discriminação de grupos sociais geograficamente localizados, como com moradores de favelas e periferias. Essas ofensas em sua maioria das vezes é motivada por preconceitos de raça, classe e território.

Assim, o combate ao racismo ambiental pode se associar tanto as pautas de direito a cidade e periferia, quanto à luta por justiça ambiental em âmbito urbano ou de áreas rurais. Desta forma, acreditamos que as prioridades para ampliação da cidadania, o aprimoramento da democracia, a redução das desigualdades e a expansão das oportunidades deverá passar pelo direito a favela e a periferia e por ideais da justiça ambiental e do combate ao racismo ambiental.

Para fazer valer essa visão, a candidatura deverá se comprometer a defender políticas no intuito de:

a) DIREITO À CIDADE

1. Defender a construção e manutenção de um plano diretor participativo do município, que seja feito garantindo condições para a participação ampla e ativa de populações historicamente marginalizadas e organizações da sociedade civil que constroem conhecimento sobre os temas relacionados à cidade.
2. Defender a implementação de uma política de orçamento participativo na cidade, garantindo uma justa maior distribuição dos recursos para favelas territórios periféricos, permitindo que a população possa priorizar quais investimentos devem ser realizados.
3. Formulação de projetos e políticas sobre um plano integrado continuado de habitação popular com base na experiência e histórico das próprias favelas e periferias.
4. Garantir a realocação e acolhimento de populações em situação de vulnerabilidade em imóveis públicos, ou por meio de fundos privados, promovendo habitação de interesse social.

5. Traçar projetos e políticas que visam incentivar a promoção e o fomento da cultura nas favelas e periferias, por meio de investimento em equipamento públicos e profissionais habilitados da área;
6. Articular a incidência da produção de projeto que vise a expansão da rede de transportes de média e alta capacidade para favelas e periferias. Priorizar o investimento público na acessibilidade dos modais de transporte adequando à realidade financeira das famílias de renda mínima que habitam os territórios vulneráveis da cidade;
7. Construir projetos e políticas de fomento à participação da juventude negra, favelada e periférica nos espaços de tomada de decisão institucionais, fornecendo subsídios financeiros e programáticos para a permanência dos mesmos nas articulações;
8. Promover e apoiar atividades que contribuam para a efetiva inclusão cultural, econômica social e política das pessoas com deficiência, garantindo a representação dessas pessoas, nas áreas de Saúde, Habitação, Transporte, Educação e outras;
9. Formular e encaminhar projetos e políticas que visem a inclusão e promoção de acessibilidade na cidade para pessoas com deficiência, assegurando assim o direito constitucional de igualdade de oportunidades e acesso.

b) JUSTIÇA AMBIENTAL E COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL

1. Promover debates e ações sobre a importância da titulação e regularização de terras e terrenos para as populações tradicionais, povos indígenas e residentes de periferias e favelas;
2. Incidir sobre políticas que garantam o acesso ao saneamento básico pelas famílias e populações que habitam áreas urbanas e rurais dos municípios, e a universalização do tratamento do esgoto nessas áreas;
3. Provocar o debate público sobre a garantia do fornecimento de água potável para a população residente em áreas periféricas, do campo e da cidade, defendendo a agenda da água enquanto um bem de administração pública, e não privada;
4. Promover ações de combate ao estigma e preconceito contra pessoas faveladas e periféricas em espaços institucionais, entendendo a periferia como espaços de potência e construção política e não apenas violência;
5. Criar políticas e ações que priorizem a formulação de um plano de infraestrutura da cidade que reduza os riscos de enchentes e deslizamentos nas áreas de risco, especialmente em favelas e periferias;

6. Promover ações para a garantia de segurança alimentar de populações tradicionais, povos indígenas e de áreas de periferias e favelas, fortalecendo iniciativas de fomento à agricultura familiar e economia solidária nessas regiões;
7. Criar políticas de prevenção e mitigação de impactos de enchentes em regiões de periferia e favelas urbanas, no sentido de garantir indenizações na forma de apoio financeiro, de moradia e psicológico para as famílias atingidas;
8. Estimular a garantia do direito ao meio ambiente para as populações residentes na cidade, incidindo em políticas de proteção ambiental da fauna, flora e das populações tradicionais e povos indígenas residentes destas áreas;
9. Garantir o acesso à informação e políticas públicas de saúde para as populações residentes de áreas próximas às pedreiras, siderúrgicas, aterros sanitários e pólos industriais localizados nas áreas periféricas das cidades;
10. Formular políticas e ações que visem construir um plano de metas voltado a empresas privadas e públicas para a diminuição de índices de emissão de carbono, e contaminação dos rios e terras das áreas mais afetadas pela produtividade industrial nas cidades;
11. Inserir nos programas municipais a transferência de renda às populações tradicionais, povos indígenas e moradores de periferias que sofrem os custos ambientais do avanço das políticas de desenvolvimento dos municípios;
12. Estimular a garantia de equipamentos públicos de saúde e educação para atender as populações rurais e povos tradicionais habitantes de regiões da cidade, respeitando tradições e costumes dessas populações;
13. Atuar na fiscalização e construção de políticas públicas voltadas para as atividades de empresas mineradoras, assegurando os direitos de famílias que vivem nessas regiões e seu direito a reassentamento em casos de famílias e pessoas atingidas por barragens.



**JUSTIÇA RACIAL E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Para Marielle Franco, a luta por justiça racial e pelo direito à vida foram partes centrais de sua trajetória enquanto defensora de direitos humanos e vereadora. Marielle evidenciava que a escolha da atuação feita pelo Estado nas favelas e periferias não era centrada na prerrogativa da garantia de direitos. Organizado através do uso da força e da repressão, principalmente por meio da ação policial, o Estado produz uma segurança pública voltada para o confronto e para a eliminação do “inimigo”.

Marielle acreditava que é preciso uma profunda reforma estrutural que combata a militarização e a ocupação militar enquanto ferramenta da política pública de segurança. Devendo-se desmontar a narrativa de fomento ao Estado Penal, que aplica uma política voltada para a repressão e controle da população pobre e negra, encarcerando jovens pretos todos os dias sob o discurso de combate a “guerra às drogas”. Acreditamos que a marca mais emblemática deste quadro é o cerco militarista nas favelas e o processo crescente de encarceramento, no seu sentido mais amplo.

Desta forma, no campo da segurança pública e justiça racial, apresenta-se a necessidade de alterar o modelo sustentado na polícia por outra prática, com o que é público, com uma nova visão de cidade sustentada nos direitos e nas pessoas, em políticas de memória e reparação para a população negra, para uma agenda de desencarceramento e para o fomento de oportunidades laborais a jovens de periferias e favelas.

Para fazer valer essa visão, a candidatura deverá se comprometer a defender políticas no intuito de:

1. Promover a criação de um Fundo Municipal de Reparação Econômica, Psíquica e Social aos Familiares por parte do Estado para que as famílias possam ter apoio mínimo na retomada de sua vida material após a perda brutal reconhecidamente tirada pelo estado;
2. Defender a criação de espaços de memória e resistência de vítimas de violência de Estado nos respectivos municípios;
3. Incentivar programas locais de redução de mortes violentas, com ênfase na adoção de medidas de prevenção à violência;
4. Influenciar o debate público sobre alternativas penais ao encarceramento, criando campanhas que combatam as violências no cárcere;
5. Criar espaços de prevenção e atendimento a vítimas de crimes de intolerância e de violência contra grupos vulneráveis (particularmente, violência doméstica e de gênero, racismo, homofobia e exploração sexual infanto-juvenil);

6. Estabelecer projetos de fomento à mediação de crises e conflitos urbanos, promovendo alternativas não judicializantes a pequenos conflitos;
7. Instituir projetos e programas de prevenção da violência nas escolas, com ênfase na promoção de acolhimento e promoção de oportunidades a jovens;
8. Formular políticas públicas voltadas para o emprego e renda da juventude, incluindo os jovens em medidas socioeducativas;
9. Propor e construir políticas e ações voltadas para o combate ao racismo religioso e a proteção dos direitos dos povos de terreiro e praticantes de religiões de matriz-africana.

A stylized cross logo composed of four rectangular blocks in a dark brown color. The central intersection is formed by a white diagonal line that splits the space into four quadrants. The background is a textured, light yellowish-brown color with faint, abstract, hand-drawn shapes in shades of orange and yellow, and thin, curved lines.

SAÚDE PÚBLICA

O direito à saúde no Brasil é fruto da luta do movimento pela Reforma Sanitária brasileiro e há mais de 30 anos se efetiva por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2020 fomos atingidos pela pandemia do novo coronavírus, que hoje já atinge cerca de 98% dos municípios do Brasil. Essa pandemia colocou em xeque a capacidade de governos municipais, estaduais e federal de se articularem conjuntamente para responder uma emergência em saúde e também evidenciou a falta de conhecimento existente, a respeito do modelo de gestão descentralizado adotado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Marielle Franco fez parte da Comissão de Higiene, Saúde e Bem-Estar da Câmara de Vereadores, entendendo que, na organização do SUS, o município é responsável pela execução das ações e serviços de saúde no âmbito municipal e parte do esforço fundamental pela garantia do direito à saúde da população. O município utiliza recursos próprios, e os repassados pela União e pelo estado, para fazer valer políticas públicas, e é nesse nível que geralmente acontece o primeiro contato de uma ou um cidadão com a complexa rede de saúde do SUS.

O subfinanciamento crônico do nosso sistema de saúde, agravado pela aprovação da EC-95/2016 que congelou os gastos federais até 2036, revela-se cada vez mais grave, uma vez que observamos a nível municipal uma redução na cobertura de serviços de atenção primária à saúde nas regiões mais vulneráveis e a fragilidade dos sistemas de informação e das ações de vigilância em saúde municipais.

Por isso, mais que nunca, discutir as atribuições dos serviços de saúde, bem como o papel de governos no cumprimento e efetivação do direito universal à saúde garantido em nossa constituição é primordial. Melhorar a qualidade do serviço prestado à população também deve ser o foco de futuras e futuros parlamentares, uma vez que nos últimos anos e com a pandemia, a pressão sobre o sistema municipal apenas aumentou e os investimentos estão cada vez menores.

Para fazer valer essa visão, a candidatura deverá se comprometer a defender políticas no intuito de:

a) ACESSO À SAÚDE PARA TODAS AS PESSOAS

1. Pactuar e defender um orçamento público para a saúde, capaz de atender as necessidades da população municipal, considerando a rede de serviços de saúde administrada pelo município, o tamanho da população atendida e o perfil epidemiológico da mesma;
2. Fiscalizar os contratos com Organizações Sociais de Saúde em municípios e denunciar junto a órgão competente o não cumprimento de pactuação entre o governo municipal e a empresa prestadora de serviço;
3. Implementar políticas que deem conta dos determinantes sociais de saúde na definição de planos e ações de atendimento a saúde, em especial da atenção primária à saúde de territórios vulnerabilizados do município;
4. Realizar o monitoramento e vistoria de unidades de saúde e hospitais municipais para identificar possíveis irregularidades e atender denúncias de não cumprimento do direito ao acesso à saúde da população;

5. Atuar no sentido de assegurar o acesso regulado à atenção especializada dentro ou fora do município, reforçando os sistemas e apoio de redes de atenção à saúde;
6. Estimular e apoiar a participação popular e o exercício do controle social no SUS por meio da ocupação de espaços como o Conselho Municipal de Saúde e a promoção de conferências e encontros para discussão das principais pautas da saúde no âmbito do município;
7. Atuar na garantia de condições adequadas de trabalho para todos os profissionais de saúde do município, incluindo agentes comunitários de saúde, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, assistentes sociais, médicos, sanitaristas, psicólogos entre outros, a fim de garantir ambientes de trabalho seguros, proteção, salários dignos e planos de cargos e carreiras.
8. Atuar no fortalecimento de mecanismos de garantia do direito à alimentação adequada, com a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com criação de políticas próprias de segurança alimentar e nutricional para municípios que ainda não tenham uma política pré-definida.

b) MELHORIA DO SANEAMENTO BÁSICO

1. Expandir a coleta seletiva para bairros que ainda não têm, com remuneração adequada para catadoras e catadores de lixo;
2. Fiscalizar os órgãos de abastecimento de água do município, denunciando irregularidades e prevenindo contaminações, garantindo o direito de acesso à água e à saúde da população;
3. Construção de pequenas estações de tratamento de água em municípios onde o risco de contaminação de rios é maior;
4. Aprimorar a gestão dos resíduos sólidos e expandir serviços de coleta, reciclagem e compostagem de lixo orgânico no município;
5. Desenvolver programas de descarte consciente de medicamentos, viabilizando pontos de descarte de medicamentos em todas as unidades de atenção primária à saúde do município e realizando convênios com drogarias;
6. Adotar programa de fomento a negócios sustentáveis, com a utilização de incentivos fiscais para empreendimentos de economia circular e reaproveitamento de resíduo;
7. Construção e/ou aprimoramento de um plano municipal de prevenção e combate a enchentes, com medidas de redução de riscos para populações em regiões vulnerabilizadas do município.



EDUCAÇÃO PÚBLICA

A educação pública, gratuita e de qualidade sempre foi uma pauta permanente no dia a dia da mandata Marielle Franco. Marielle defendia uma educação inclusiva e participativa, ajudando a formar seres humanos críticos e transformadores. A mandata construiu diversos projetos de lei nessa área e atuou fortemente em defesa de um Plano Municipal de Educação que incluísse as reivindicações das classes trabalhadoras do setor. Através do Projeto de Lei Espaço Coruja, que virou lei, Marielle buscou articular diferentes campos para buscar soluções para o desafio das mulheres negras que precisam estudar ou trabalhar e não tem com quem deixar seus filhos, além de estar sempre aberta para pensar melhorias para o sistema de educação da cidade.

Nós acreditamos que uma educação pública emancipatória, não sexista e libertadora é a chave para as transformações que queremos em nossa sociedade. Nos últimos anos, temos visto uma escalada de ódio a debates sobre diversidade sexual, raça e gênero nas escolas. Professoras/es perseguidas/os, intimidadas/os e tendo sua autonomia em sala de aula questionada por pessoas que dizem defender valores de uma família com os quais não compactuamos.

Entender o sistema educacional para além dos espaços tradicionais de ensino e aprendizagem, como são as escolas é um desafio que Marielle Franco desempenhava e que nós, hoje, seguimos tocando. Entender que todas/os têm direito a educação pública e de qualidade, é defender também o ensino para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A educação desempenha um papel fundamental na vida de crianças e adolescentes e também na vida de suas comunidades, ao ser propulsora de novas visões de mundo, de descobertas, de desenvolvimento intelectual, pessoal e social. Nesse sentido, reunimos propostas capazes de guiar as/os candidatas/os e futuras/os vereadoras/es e prefeitas/os rumo a um sistema de educação em âmbito municipal mais justo e inclusivo.

Para fazer valer essa visão, a candidatura deverá se comprometer a defender políticas no intuito de:

1. Construir e implementar o Plano Municipal de Educação de maneira participativa, envolvendo as classes de profissionais do setor, garantindo a aplicação dos direitos constitucionais, defendendo a aplicação de mais investimentos e preservando a visão de uma educação pública, gratuita e de qualidade, integral e interessante para estudantes, e sem políticas de terceirização, precarização e sobrecarga;
2. Construir espaços para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, garantindo o direito à educação para jovens em cumprimento e egressos, reconhecendo a educação como parte estruturante do sistema socioeducativo;
3. Defender e propor o ensino de gênero nas escolas públicas municipais, fortalecendo a promoção de igualdade de gênero entre meninas e meninos e o respeito à diversidade de gênero e sexual;

4. Ofertar formação específica para os profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo, especificamente para professores, gestores e apoios técnico administrativos;
5. Propor, em articulação com o setor saúde formas de efetivar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fiscalizando os contratos firmados entre prefeitura e produtores e priorizando os produtores locais, conforme definido pela política;
6. Apoiar e garantir que mães, pais e responsáveis que trabalham à noite tenham acesso à rede de educação, como, por exemplo, fornecer espaço público adequado para o cuidado e desenvolvimento das suas crianças, respeitando e garantindo os direitos das classes profissionais envolvidas sem que seja reproduzido o modelo de precarização e sobrecarga;
7. Promover audiências públicas e construir páginas online com dados atualizados sobre o financiamento da educação municipal, fortalecendo mecanismos de transparência;
8. Fiscalizar e construir campanhas para o cumprimento da obrigatoriedade de ensino da história da população negra brasileira em todas as escolas do município;
9. Garantir plano de cargos e salários justos e desenvolver um modelo de avaliação das escolas municipais e profissionais sem que haja uma punição por meio de cortes em investimentos das escolas que apresentam resultados insatisfatórios;
10. Defender a construção e manutenção de escolas de qualidade, para além da garantia da estrutura básica, que as escolas tenham laboratórios equipados, quadras esportivas e bibliotecas em pleno funcionamento;
11. Fortalecer um modelo de planejamento pedagógico coletivo e o sistema de eleição direta para cargos de direção de escolas municipais, com a garantia da autonomia pedagógica de professores e professoras;
12. Desenvolver projetos de lei que viabilizem, para professores da rede municipal, a reserva de 1/3 do tempo de trabalho para planejamento de atividades;
13. Fiscalizar escolas municipais para garantir o cumprimento do número máximo de alunos permitidos por turma, a fim de garantir um ambiente adequado para ensino e aprendizagem para alunos e professores;
14. Desenvolver mecanismos para a consolidação de uma comunidade escolar participativa, capaz de ser envolvida e consultada nos processos de decisão, valorizando e incentivando a construção de grêmios estudantis, conselhos escola-comunidade e espaços de troca com o território.



JUSTIÇA ECONÔMICA

O debate de justiça econômica está presente no imaginário de um país que tenha como centro um crescimento econômico inclusivo e sustentável e com oportunidades iguais para todos e todas. Um mundo em que os padrões de consumo e produção e o uso de todos os recursos naturais – do ar à terra; dos rios, lagos e aquíferos aos oceanos e mares – são sustentáveis. Marielle acreditava que o lucro e a produção não devem estar acima da vida das pessoas, e que o combate à exploração de trabalhadores e trabalhadoras é dever do Estado.

Para Marielle, este debate paira na noção de que é possível um mundo onde haja a promoção de um desenvolvimento sustentável e social, com a proteção ambiental, a redução das desigualdades, e a erradicação da pobreza e da fome. Um mundo em que o desenvolvimento e a aplicação da tecnologia são sensíveis ao clima, respeitem a biodiversidade e são resilientes. Um mundo em que a humanidade viva em harmonia com a natureza e em que animais selvagens e outras espécies vivas estão protegidos.

Como vereadora, Marielle Franco foi presidente da Frente de Economia Solidária do município do Rio de Janeiro, por saber que uma economia solidária é uma economia onde se respeita a escala humana no processo produtivo e o meio ambiente, é uma economia sustentável e capaz de promover mudanças. Se baseia na auto organização das pessoas e suas comunidades, de maneira não hierarquizada e sempre visando o bem estar da coletividade.

Desta forma, a redução de desigualdades permite aumentar o acesso a direitos básicos. No Brasil, quanto menor a desigualdade de renda, maior a garantia a serviços essenciais como água ou saúde, e menores as taxas de mortalidade infantil e maior a expectativa de vida ao nascer. Combater desigualdades é também o caminho para vivermos em uma sociedade menos violenta, seja na cidade, na favela ou no campo.

A economia solidária preconiza o sustento e não o lucro. Seu modo de gerir faz com que aconteçam mudanças comportamentais e nas relações de uma comunidade, ela gera trabalho e renda para todas e todos que não têm emprego e garante uma significativa diminuição da desigualdade local e uma promoção de inclusão social em todas as comunidades.

É um modelo representado por uma série de medidas inspiradas em valores humanos, que colocam o ser humano como o principal órgão no processo de vida e nas atividades econômicas. Trata-se portanto de uma aposta em grandes mudanças no mundo do trabalho e igualdade, democracia, cooperação, unidade e qualidade nas relações de trabalho, que incluem uma variedade de práticas econômicas e sociais focada, também na redução de desigualdades.

Para fazer valer essa visão, a candidatura deverá se comprometer a defender políticas no intuito de:

a) POLÍTICAS DE TRABALHO E RENDA:

1. Aprimorar e expandir os programas municipais de transferência de renda, qualificando o recebimento do valor por famílias em situação de vulnerabilidade e realizando um monitoramento adequado do programa;

2. Estimular a discussão municipal sobre ampliação de postos e qualidade do trabalho com redução da informalidade, visando a garantia de direitos básicos e proteção social para trabalhadoras e trabalhadores;
3. Promover o incentivo ao investimento em políticas de desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios, criando condições adequadas de acesso a estes programas no município;
4. Incentivar projetos e políticas que visem o incentivo a atividades produtivas integradas à realidade local, visando à geração de trabalho e renda nos territórios;
5. Articular com órgãos de fiscalização dos demais poderes para expandir a fiscalização contra a exploração indevida da mão de obra de trabalhadores e trabalhadoras nos setores públicos e privados;
6. Promover políticas de incentivo a garantia de direitos e proteção social de trabalhadores de aplicativos;
7. Trabalhar para ampliar e aprimorar a política de aprendizagem para jovens, especialmente daqueles que cumprem medidas socioeducativas;
8. Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma menor taxa de desigualdade entre as famílias dos municípios;
9. Incidir para construção de ações e políticas de proteção social e garantia de direitos a populações tradicionais que vivem nos municípios.

b) ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Fortalecer e apoiar as demandas do movimento de empreendedoras e empreendedores da Economia Solidária, dando visibilidade e estimulando a realização de mapeamentos de iniciativas;
2. Estimular a criação de um Centro de Referência da Economia Solidária no município. Um lugar físico, para comercialização e formação de produtores e consumidores;
3. Democratizar o acesso a editais públicos sobre o tema de Economia Solidária, voltado majoritariamente para atender mulheres e demais populações de favelas e periferias;
4. Construir uma Política Pública Municipal de efetivação da Economia Solidária, fomentando a participação de mulheres negras e populações de favelas e periferias.

The background is a warm, golden-yellow color. It features several large, overlapping, hand-drawn brushstrokes in shades of orange, red, and yellow, resembling abstract shapes or perhaps stylized figures. A central element is a dark brown kite with a white cross inside, flying upwards and to the right. A thin, curved line with small, dark brown diamond-shaped markers follows the path of the kite's tail, leading from the bottom left towards the kite. The overall composition is dynamic and artistic.

**CULTURA, LAZER
E ESPORTE**

O direito à cultura, ao lazer e ao esporte já são mais do que reconhecidos como fundamentais para o desenvolvimento pleno de todos os seres humanos em suas máximas potencialidades. Não são poucas as histórias sobre como o desenvolvimento em diferentes expressões artísticas e esportivas ou o simples tempo livre para se divertir podem ser fatores determinantes no caminho que nossas crianças e jovens seguirão pela vida à medida que vão crescendo. A pandemia do COVID-19 também escancarou a importância que cultura, lazer e esporte têm na vida de pessoas de todas as idades quando o assunto é saúde, seja ela física ou mental.

É também repetir o óbvio dizer que vivemos em um país com uma gigantesca diversidade cultural. uma enorme potência esportiva e um vasto território para o lazer que não seja apenas o lazer de shoppings e locais fechados. Isso tudo já seria suficiente se não contássemos ainda com o fato de que estamos falando de três grandes setores que fazem girar a economia do país.

Ainda assim, vemos uma política constante de precarização, privatização e abandono desses setores, e pior, uma perseguição ideológica e racista de determinadas matrizes culturais, como a perseguição violenta ao Funk, ao Hip Hop, ao Rap, nas favelas e periferias de todo o país. Da prisão de DJs a massacres policiais em bailes. Já é rotina nas páginas dos jornais e redes sociais a forma como a política criminaliza manifestações culturais reconhecidas internacionalmente. Obviamente o motivo a gente já conhece: o mesmo racismo que há séculos era utilizado para perseguição do samba e da capoeira. A perseguição se manifesta também no formato do racismo religioso, com frequentes ataques a espaços de religiões de matrizes africanas.

Bailarina da furacão 2000 na sua adolescência e integrante do bloco Apafunk na sua vida adulta, Marielle sempre se reconheceu enquanto funkeira. Católica de criação, Mari se colocava como uma aliada fiel na luta contra o racismo religioso e na defesa do Candomblé, da Umbanda e de outras religiões de matriz Africana.

Durante o período que ocupou a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, Marielle defendeu ativamente as políticas de cultura, lazer e esporte em uma perspectiva popular e favelada. Sua mandata organizou encontros e homenagens a figuras importantes da nossa memória e nossa raiz, como o evento “Awrê aos nossos ancestrais”, que entregou medalhas para Mãe Menininha de Oxum, Pai Adailton Moreira e Afoxé Filhos de Gandhi e foi encerrado no saguão principal da Câmara com uma apresentação da Companhia de Aruanda.

Eram frequentes as ocupações do plenário por apresentações de ritmos africanos, declamações de poesia, rap e funk, antes e depois das atividades da mandata. Marielle homenageou também importantes agentes culturais da cidade como a Dida, do Bar da Dida, que através da maravilhosa gastronomia de raízes negras conta a história dos nossos povos e culturas, além de escritoras, artistas e jornalistas como Conceição Evaristo, Flávia Oliveira e Ruth de Souza.

O debate sobre a defesa da cultura, do esporte e do lazer em uma perspectiva popular está intimamente atrelado ao debate sobre o direito à favela e às periferias e a vários dos recortes apresentados aqui nessa agenda.

Para fazer valer essa visão, a candidatura deverá se comprometer a defender políticas no intuito de:

a) CULTURA

1. Fomentar, defender e propor (quando não existente) o Plano Municipal de Cultura, o Fundo Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Cultura como instâncias e ferramentas importantes de fomento ao setor;
2. Manter um diálogo permanente com produtores culturais, artistas populares, artistas de rua, representantes de diferentes religiões e de todos os setores culturais em sua ampla diversidade de expressões artísticas;
3. Estimular a cultura como ferramenta de comunicação com a população pelo seu mandato;
4. Defender as lutas por democratização, investimento, descentralização e liberdade de expressão para o setor;
5. Incentivar a ampliação e fortalecimento dos equipamentos de cultura principalmente nas regiões com menos presença destes equipamentos;
6. Fortalecer projetos e iniciativas que apresentem a cultura como resgate da memória e da história da população.

a) ESPORTE E LAZER

1. Fomentar, defender e propor (quando não existente) políticas e ferramentas de incentivo ao esporte na cidade;
2. Defender a preservação e ampliação de alternativas de equipamentos esportivos e de lazer na cidade;
3. Fomentar o incentivo a novas gerações de atletas e manutenção das potências esportivas já desenvolvidas e de outras em desenvolvimento;
4. Defender a manutenção da segurança, limpeza e cuidado com os espaços de lazer, garantindo o acesso a todas as pessoas.



Acesse o site www.agendamarielle.com para defender e se comprometer com esta agenda.

As propostas aqui presentes estão em constante movimento. Para ver versões atualizadas acesse o site.